



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RUA JOÃO DIOGO, 288 - Bairro CAMPINA - CEP 66015902 - Belém - PA

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

(CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

1.1. Descrição da demanda

Registro de preços para eventual e futura contratação de empresas de telecomunicações objetivando a prestação serviços de acesso móvel à internet, por prazo delimitado de até 6 meses, para transmissão e recepção de sinais de dados, com tecnologia 3g ou superior, em banda larga, com a finalidade de atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Pará nas Eleições 2026.

1.2. Motivo/Justificativa da Contratação

A pretendida contratação visa a complementação das soluções atualmente utilizadas no período eleitoral (NavegaPará, VSATs, Bgans). Desde as Eleições de 2016 o uso de internet móvel 3G/4G, via modem USB, tem sido oferecido como forma de conectividade de apoio à pontos JE Connect na Região Metropolitana de Belém e outros municípios próximos. Tais equipamentos foram historicamente contratados em quantidades que variaram de 100 a 200 unidades. Durante o pleito de 2024 a referida tecnologia foi utilizada como alternativa de conectividade para os pontos de transmissão das zonas eleitorais da Região Metropolitana de Belém, baseando seu quantitativo em número de Kits JE Connect necessários para transmissão de dados em todos os locais de votação acrescidos de reserva adicional de 20%.

Tal contratação no ano de 2024 foi decisiva e permitiu que Belém - PA fosse a 1º capital do país na totalização dos votos e oferta de resultado final, algo nunca antes alcançado.

1.3 Análise da contratação anterior ou a série histórica, se houver.

- Contratações similares realizadas anteriormente, com o mesmo objeto:
 - Contrato 162/2024 - Telefônica (0012405-91.2024.6.14.8000): Foram contratadas 461 unidades, as quais foram utilizadas com sucesso nos pontos de transmissão da Região Metropolitana de Belém, sendo determinante para a celeridade do resultado das eleições municipais.
 - Contrato 112/2022 - CLARO S.A (0008555-97.2022.6.14.8000): Foram contratadas 120 unidades, as quais tiveram uso imediato no Pleito Eleitoral de 2022. Em 2023 foi solicitado o acréscimo do contrato (25%), totalizando 148 unidades destinadas aos cartórios eleitorais como link de contingência, dentro do do Projeto "Cartórios Conectados". Em seu 4º Termo aditivo o número de acessos foi ampliado para 200 unidades, houve aumento de franquia (de 20GB para 40GB) e redução de preço, refletindo melhor adequação ao mercado. Possui vigência até 20/07/2026.
 - Contrato 79/2018 - CLARO S.A (0006454-29.2018.6.14.8000): Foram contratadas 100 unidades, através de adesão à ARP nº 30/2017, gerenciada pelo Instituto Federal Farroupilha - RS. Os serviços foram utilizados nas eleições de 2018, em Belém e região metropolitana, nos locais sem infraestrutura de internet adequada. O contrato foi renovado para utilização do serviço na revisão da biometria em 90 municípios do interior do Estado e posteriormente para utilização nas Eleições e

revisão biométrica, ficando vigente até 31/10/2021.

- Contrato 73/2016 - CLARO S.A (0018011-81.2016.6.14.8000): Foram contratadas 100 unidades, para fornecer acesso móvel para utilização em pontos de transmissão durante as eleições de 2016, foi encerrado em 29/09/2017.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

2.1. Natureza do objeto

2.1.1. O objeto da contratação é considerado comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado, conforme constatado nas contratações anteriores e no levantamento de mercado, que evidenciou diversos fornecedores aptos a prestação do serviço.

2.1.2. O bem pode ser identificado no Catálogo de Materiais (CATMAT/CATSER) do SIASG pelo seguinte código CATSER: 26387, não constando porém de item do catálogo eletrônico padronizado do Governo Federal.

2.1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017 e da Resolução TSE nº 23.702/22, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal deste órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.2. Necessidade continuada ou não do serviço

() SIM (X) NÃO

Caso positivo, justificar.

2.2.1. Vigência plurianual

() SIM, conforme justificativa abaixo. (X) NÃO

2.3. Regime de Execução

() Empreitada por preço global

(X) Empreitada por preço unitário

O regime de execução da contratação será o de **Empreitada por Preço Unitário**. A escolha justifica-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) e pela natureza sob demanda do serviço, em que os pagamentos serão realizados mensalmente com base na quantidade, ainda imprecisa, de linhas (chips/modems) efetivamente ativadas e utilizadas pelo TRE/PA no período.

2.4 Adoção da sistemática do registro de preços:

2.4.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP? Caso positivo, justificar.

(X) Sim () Não

Justificativa: Hipótese do art. 3º, inciso V, do Decreto nº 11.462, de 31/3/2023 - Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

O TRE-PA poderá efetivar contratação dos itens do objeto observando a viabilidade técnica e a disponibilidade orçamentária durante a vigência da ata.

2.4.2. Haverá órgãos participantes deste Registro de Preços?

☐ Sim ☒ Não ☐ Não se aplica

2.4.3. Foi realizado procedimento público de intenção de registro de preços - IRP?

☐ Sim ☒ Não; justificativa abaixo ☐ Não se aplica

Justificativa: Considerando a necessidade de utilização do serviço pretendido no período das eleições de 2026, com a consequente necessidade de celeridade da contratação, e a baixa complexidade do objeto, opta-se por não ser aberto período de Intenção de Registro de Preços para participação de outros órgãos.

2.4.3.1 Foi realizada consulta às IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.

☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica

Em consulta ao PNCP, realizada na data de 26/02/2026, não foi localizada IRP em andamento que pudesse atender a demanda deste Tribunal, nos termos do art. 10 do decreto nº 11.462/23.

2.4.4. Foi estabelecido (se for o caso) o número máximo de participantes, em conformidade com a capacidade de gerenciamento do órgão? Justificar.

☐ Sim ☐ Não; justificativa abaixo ☒ Não se aplica

2.4.5. Será admitida a adesão à ata de registro de preços por órgão não participante? Justificar.

☐ Sim ☒ Não ☐ Não se aplica

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços, tendo em vista a especificidade do objeto para atender necessidade específica do TRE, os requisitos técnicos para aprovação do pedido de adesão e a capacidade operacional da unidade gerenciadora da ata.

2.5. Admissão ou não de subcontratação do objeto contratual

☐ SIM ☒ NÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto.

Analisando as contratações anteriores, não se verifica qualquer motivação que justifique a necessidade de permissão da subcontratação parcial dos serviços, seja como meio de ampliar a disputa ou atender a condição específica do mercado.

2.6. Garantia de execução contratual

☐ SIM ☒ NÃO

Não será exigida garantia contratual de que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, em razão do valor da contratação, forma de execução (sem alocação de mão de obra) e ausência de riscos significativos na execução do objeto.

2.7. Requisitos de capacitação

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

Não há necessidade de previsão de capacitação de servidores ou de empregados, inclusive para fiscalização e gestão contratual.

2.8. Requisitos legais

☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- a) Lei 14.133/2021 (Lei das licitações e contratos).
- b) Lei 8.078/1990 (Código de defesa do consumidor).
- c) Decreto nº 11.462/2023 (Regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços).
- d) Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 (Dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital).
- e) Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional).
- f) Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 (Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional).
- g) Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 (Dispõe sobre a política de governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências).
- h) Resolução TSE Nº 23.644/2021 (Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral).
- i) Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021 - que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

2.9. Requisitos de garantia, manutenção e assistência técnica

2.9.1. A contratada prestará garantia técnica dos serviços e equipamentos (modem/roteador) pelo prazo de vigência do contrato, em face de quaisquer problemas de disponibilidade de conexão ou falha nos equipamentos fornecidos.

2.9.2. A abertura de chamado técnico em garantia será realizada por meio de site da contratada, e-mail e/ou telefone, sendo obrigatório o fornecimento de um número único de identificação para cada chamado, observando-se:

- TIPO DE ATENDIMENTO:
 - Sob demanda: O tribunal, após detectada a falha na solução, aciona a CONTRATADA para efetuar o reparo.
- REGIME DE ATENDIMENTO:
 - 24 x 7 x 365: 24 (vinte e quatro) horas, 7(sete) dias da semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias do ano.
- Substituição do modem USB por outro novo, quando este apresentar defeito, durante a vigência do contrato, de acordo com prazo determinado em contrato.
- Estimar extravio (perda, roubo ou furto) de até 20% dos equipamentos contratados em comodato sem ônus à contratante.
- Disponibilizar, sem custo ao CONTRATANTE, um estoque adicional de dispositivos com os respectivos chips (apenas chips, todos não-habilitados/inativos), correspondente a 10% dos acessos contratados, destinados à reposição imediata aos usuários nos casos de defeitos, perdas, danos ou roubos.

2.10. Requisitos temporais

2.10.1. A execução da prestação dos serviços iniciará com a assinatura do contrato;

2.10.2. Cronograma de realização dos serviços :

- Os dispositivos e chips habilitados devem ser entregues em até **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da ordem de serviço.
- Os chips do estoque adicional (não-habilitados) devem ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de serviço.
- A ativação/desativação de acessos será de, no máximo, **2 (dois) dias úteis**, a contar da solicitação do

CONTRATANTE.

- O prazo para a reposição dos dispositivos do estoque adicional será de até **10 (dez) dias úteis**, a contar da solicitação do CONTRATANTE.

2.10.3. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso

2.11. Vistoria Técnica

() SIM (X) NÃO () NÃO SE APLICA

2.12. Critérios e práticas de sustentabilidade

(X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.12.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos que se baseiam na no Plano de Logística Sustentável do TRE/PA, na Resolução CNJ nº 400, de 2021 e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União:

- a) Os equipamentos eletrônicos fornecidos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênol-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- b) Os equipamentos deverão cumprir os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria INMETRO / MDIC nº 304 de 06/11/2023.
- c) A abertura de chamados técnicos e encaminhamentos de demandas, bem como todos os relatórios produzidos deverão ser realizados, preferencialmente, sob a forma eletrônica, evitando-se a impressão de papel;
- d) A CONTRATADA responsabilizar-se-á por dar encaminhamento através de logística reversa em materiais, peças, componentes, equipamentos, entre outros que se tornaram inservíveis para o Tribunal, segundo Resolução TSE nº 23.474, de 19 de abril de 2016.

2.12.2. A incorporação desses critérios e práticas de sustentabilidade na contratação dos serviços contribuirá para a promoção de um ambiente mais sustentável e alinhado com as diretrizes da administração pública.

2.13. Considerações sobre a possibilidade de participação de consórcio na licitação.

() SIM (X) NÃO () NÃO SE APLICA

As dimensões técnicas e financeiras da presente contratação são dissonantes à atuação de entidades empresariais reunidas em consórcio, porquanto não envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, razão pela qual não será admitida a participação de licitantes reunidas em consórcio.

2.14. Considerações sobre a possibilidade de participação de cooperativa na licitação.

() SIM (X) NÃO () NÃO SE APLICA

A contratação pretendida visa atender a demanda específica e pontual do TRE-PA durante o Pleito 2026, atendido por mercado bastante restrito de empresas de telecomunicações.

Ademais, conforme orientação da AGU, a participação de cooperativas só deve ser permitida quando a gestão operacional do serviço puder ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados – e os serviços contratados também deverão ser executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.

2.15. Pessoa física

() SIM (X) NÃO () NÃO SE APLICA

É vedada a participação de pessoa física, nos termos do art. 4º da IN SEGES /ME nº 116/2021, tendo em vista que a contratação exige estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto (assistência técnica), incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

2.16. Tratamento diferenciado da LC 123/2006

Conforme disposto no art. 49 da Lei Complementar 123/2006, não se aplica o tratamento diferenciado previsto nos arts. 47 e 48 da referida Lei Complementar, posto que, não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Ademais, o valor estimado da contratação supera o limite de R\$ 80.000,00 para participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme artigo 48, inciso I, da LC nº 123/2006, e artigo 6º do Decreto nº 8.538/2015.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III da IN 58/2022).

3.1. Identificação das soluções disponíveis

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Tecnologia VSAT Transportável. Trata-se de uma rede ponto-multiponto, que utiliza tecnologia VSAT, fornecida por várias operadoras no território nacional. A solução VSAT é provida por tecnologia de comunicação IP bidirecional Satelital, cujo kit de transmissão é composto por um terminal VSAT (Very Small Aperture Terminal) que pode ser fornecido para operar em Banda C, Ku ou Ka. O objeto da contratação inclui instalação/desinstalação, fornecimento de enlaces de comunicação de dados, fornecimento dos insumos necessários, operação, manutenção e gerência da rede.
2	Serviço de acesso à Internet móvel 3G/4G - 40 GB, com modem USB em regime de comodato: Internet móvel consiste no uso de tecnologias de comunicação sem fio (wireless) para acesso a informações e aplicações Web a partir de dispositivos móveis.
3	Modem/Router Satelital Banda L (BGAN). Equipamentos baseados na tecnologia Broadband Global Area Network – BGAN (Rede em Banda Larga de Abrangência Global), permitem o provimento dos meios de comunicação por voz, fax e dados em localidades onde o acesso à rede de comunicações por satélites é a única alternativa disponível ou aquela mais viável sob os aspectos operacionais.
4	Internet satélite Órbita Baixa da Terra (LEO): utiliza constelações de satélites posicionados em altitudes significativamente inferiores (entre 500 e 2.000 km). A constelação garante que a falha de um único satélite não interrompa o serviço, resultando em uma disponibilidade contínua e robusta. Além disso, o sistema oferece altas velocidades de download e upload e boa resiliência à variação climática.

3.2. Comparação das soluções

ID Solução	SOLUÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS	PRESTADORES DE SERVIÇO	Custo Unitário
1	Tecnologia VSAT Transportável	<ul style="list-style-type: none"> Alto índice de disponibilidade e capilaridade abrangente, uma vez que a VSAT pode ser instalada em qualquer local ou município onde a antena possua visada (conexão) com o Satélite. 	<ul style="list-style-type: none"> Alta latência de transmissão (latência média 850ms). Exige visada para para funcionar. Requer instalação prévia por técnico especializado. Alto custo. Dificuldade de transporte, devido o tamanho da antena. 	<ul style="list-style-type: none"> Diversos (MTNSAT BRAZIL LTDA, Mobili e outros) 	R\$ 3.248,02*
2	Serviço de acesso à Internet móvel 3G/4G - 40GB, com modem USB em regime de comodato	<ul style="list-style-type: none"> Baixo custo; Facilidade de uso; Facilidade de transporte; 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade do sinal depende da área de cobertura da operadora. 	<ul style="list-style-type: none"> CLARO VIVO TIM. 	R\$ 83,47*
3	Modem/Router Satelital Banda L (BGAN).	<ul style="list-style-type: none"> Alto índice de disponibilidade e capilaridade abrangente, uma vez que pode ser utilizado em qualquer local ou município onde o dispositivo possua visada (conexão) com o Satélite. 	<ul style="list-style-type: none"> Exige visada para para funcionar. Alto custo. 	<ul style="list-style-type: none"> Diversos (Inmarsat, Hughes, Smart Trade) 	R\$18.079,3
4	Internet satélite Órbita Baixa da Terra (LEO)	<ul style="list-style-type: none"> Baixa latência (geralmente abaixo de 180 ms); Altas velocidades de download e upload; Alta resiliência à variação climática; 	<ul style="list-style-type: none"> Alto custo. 	<ul style="list-style-type: none"> Diversos (MTNSAT BRAZIL LTDA, Sencinet, Via Direta e outros) 	R\$ 4.043,23*

* Com base em contratos e atas vigentes no TRE-PA

** Valor unitário para 3 meses.

3.3. Solução mais vantajosa

- **Solução escolhida:** Solução 2 - Serviço de acesso à Internet móvel 3G/4G - 40GB, com modem USB em regime de comodato.
- **Fornecedor:** Diversos
- **Justificativa:** Considerando que a solução será utilizada como forma de transmissão a partir dos locais de votação, verifica-se que a contratação de Serviço de acesso à Internet móvel 3G/4G apresenta a melhor relação custo/benefício, dentre as opções de comunicação listadas, possuindo também maior mobilidade e praticidade de uso.

3.4. Detalhamento das alternativas existentes

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	1, 2, 3, 4	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	1, 2, 3, 4			X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	1, 2, 3, 4			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	1, 2, 3, 4			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	1, 2, 3, 4			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	1, 2, 3, 4			X

3.5. Contratações Públicas Similares

Contratação 1

Órgão : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO - DPE/MA

Cidade/UF : São Luís/MA

Contrato/ARP nº: Contrato Nº 13/2025

Objeto : Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP e Internet Móvel, com disponibilização de aparelhos eletrônicos (smartphones e modems) em regime de comodato.

Contratação 2

Órgão : TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ - TRE/PA

Cidade/UF : Belém/PA

Contrato/ARP nº: Contrato Nº 112/2022

Objeto : Prestação de serviços de acesso móvel à internet, para transmissão e recepção de sinais de dados, com tecnologia 3G ou superior, em banda larga, sob o regime de empreitada por preço unitário

Contratação 3

Órgão : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - MP/PA

Cidade/UF : Belém/PA

Contrato/ARP nº: Contrato Nº112/2021

Objeto : Assinatura mensal de linha de dados, com franquia mínima de 20 GB, com fornecimento de modems 4G e SIM CARDS.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (descrição/especificação do Objeto)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

4.1. Descrição da solução

Contratação de serviços de acesso móvel à Internet, para transmissão e recepção de sinais de dados, com tecnologia 3G ou superior, em banda larga, com limite de volume de tráfego de, no mínimo, 40GB, sem autenticação de provedor, com fornecimento de modems USB com chip, em regime de comodato, com a finalidade de atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Pará nas Eleições 2026.

4.2. Especificações Técnicas Mínimas do Serviço de Dados

- Acesso móvel à Internet, em banda larga, com volume de tráfego de pelo menos 40 GB de dados mensais.
- Não será cobrado o excedente, mas feita a redução da velocidade após consumo da franquia;
- A Contratada deve garantir uma Taxa de Transmissão Média nas Conexões de Dados no período de maior tráfego de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da taxa de transmissão de 1 Mbps para o padrão 3G e 4 Mbps para o padrão 4G. Esta meta é avaliada pelo indicador “Garantia de Taxa de Transmissão Média” Contratada (SMP11), presente no Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal – RGQ-SMP (Anexo I à Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011, ou mais atual).
 - Os SIM CARD deverão ser habilitados com serviços exclusivamente de dados com franquias mínimas estabelecidas nas especificações do serviço, incluindo a assinatura de provedor de acesso à Internet, com garantia de Taxa de Transmissão Instantânea nominal mínima de 40% (quarenta por cento) da velocidade de 1 Mbps para 3G, 4 Mbps para 4G e a velocidade disponível na área local nos casos de 2G, sempre obedecendo as normativas da ANATEL.
 - Os SIM CARD deverão ser compatíveis com aparelhos do tipo smartphones.
 - Durante o período de maior tráfego, a Contratada deve garantir uma Taxa de Transmissão Instantânea na Conexão de Dados, em 95% (noventa e cinco por cento) dos casos de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) da taxa de transmissão de 1Mbps para o padrão 3G e 4 Mbps para o padrão 4G. Esta meta é avaliada pelo indicador “Garantia de Taxa de Transmissão Média” Contratada (SMP10), presente no Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal – RGQ-SMP (Anexo I à Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011, ou mais atual).
- Transmissão e recepção de sinais de dados, por meio de mini modem USB;
- Utilização de Tecnologia 3G ou superior;
- Os acessos de dados deverão estar habilitados com pacote de serviços de dados;
- Os acessos serão efetuados sem autenticação de provedor;
- Prestação de serviço pós-pago, mediante cobrança mensal;
- Fornecimento de mini modems USB, com respectivos acessórios e softwares, em regime de comodato;
- Roaming nacional incluído no preço.
- Os serviços deverão estar disponíveis 24x7x365 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, trezentos e sessenta e cinco dias do ano).

4.3. Especificação técnica mínima do Modem USB

- Mini modem com conector USB 2.0 ou superior;
- Slot e chip SIM/USIM;
- Compatíveis com tecnologias 3G ou superior;
- Instalação e uso plug and play;
- Antena interna e entrada para antena externa (antena rural);
- Compatibilidade com ambientes operacionais Windows 7 , 8 e 10 (32/64 bits) e Linux.
- Led indicativo de seleção de rede;
- Fornecer acessórios necessários ao pleno funcionamento dos mini modems; incluindo software de instalação, manual do usuário;
- O equipamento deve ser homologado pela ANATEL.

4.4. Manifestação de atendimento ao princípio da padronização (Art. 40, V, “a” c/c art. 47, I, da Lei n. 14.133/21)

Conforme o disposto no Art. 47, I, da Lei 14.133/21, é imperativo atender ao princípio da padronização na contratação de serviços, bens e obras pela Administração Pública.

Nesse contexto, a especificação do bem ou do serviço, deve ser realizada preferencialmente conforme Catálogo Eletrônico de Padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança. Contudo, observamos que o objeto a ser contratado não está cadastrado no catálogo eletrônico de padronização, disponível no Portal Nacional de Compras Públicas.

No entanto, para atender ao princípio da padronização, implementaremos as seguintes medidas:

- 1) Elaboração de Especificações Técnicas Padronizadas:** Serão desenvolvidas especificações técnicas detalhadas que descrevam de forma precisa e clara os requisitos para o serviço objeto deste estudo. Essas especificações serão elaboradas de acordo com as normas e padrões reconhecidos na área, garantindo a qualidade e eficácia do serviço.
- 2) Utilização de Termos de Referência Padronizados:** Os Termos de Referência utilizados nos editais de licitação serão padronizados, estabelecendo requisitos uniformes para os licitantes. Isso permitirá uma avaliação justa e igualitária das propostas apresentadas.
- 3) Adoção de Contratos-Modelo:** Utilizaremos contratos-modelo que incluem cláusulas padrão para os serviços do objeto em destaque. Essas cláusulas incluirão disposições relacionadas a prazos, entregas, qualidade do serviço, responsabilidades das partes, entre outros aspectos relevantes.
- 4) Adoção de listas de verificação padronizadas:** Nos termos do que dispõe o Enunciado BPC nº 06 e o artigo 36 da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017, antes do envio do processo para análise jurídica, deve ser realizada uma avaliação de conformidade legal do procedimento de contratação.
- 5) Consulta aos Guias, Instrumentos de Padronização, Cadernos de logística e Manuais especializados:** Serão consultados os vários guias de referência técnica existentes, tais como, o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação e Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNCS) da AGU, o Manual de Licitações e Contratos do TCU e o Cadernos de Logísticas de Pesquisa de Preços.

Ao adotar essas medidas, asseguramos que o serviço contratado estará em conformidade com o princípio da padronização, promovendo eficiência e qualidade nas contratações públicas. O objetivo é atender não apenas às exigências legais e regulamentares, mas também a um padrão elevado de excelência na prestação de serviços à sociedade.

4.5. Justificativa dos requisitos de qualificação técnica

4.5.1. A exigência de atestados de capacidade técnica tem por finalidade comprovar que a licitante possui experiência prévia na prestação de serviços de telecomunicações em nível compatível com o objeto contratado, assegurando domínio operacional para fornecimento de acesso móvel à internet, suporte especializado e atividades correlatas.

4.5.2. Em observância ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas, exige-se experiência mínima

mediante apresentação de atestados que comprovem fornecimento anterior de serviços equivalentes, incluindo suporte e migração, em quantitativo mínimo de 10% do total licitado. Tal parâmetro é proporcional, preserva a competitividade e assegura que a contratada já operou em escala compatível.

4.5.3. A apresentação do Contrato de Concessão, Termo de Autorização ou documento equivalente emitido pela ANATEL é requisito indispensável para comprovar a regularidade da licitante para exploração dos serviços, mitigando riscos regulatórios e garantindo segurança jurídica à Administração.

4.5.4. Os requisitos asseguram que apenas empresas devidamente autorizadas, experientes e estruturalmente capazes participarão da contratação, preservando a continuidade dos serviços, a segurança operacional e a eficiência administrativa do TRE-PA.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (obrigatório)

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

A contratação deve abranger o número de unidades necessárias para compor os kits de transmissão de dados em todos os locais de votação das Zonas Eleitorais de Belém, com base no quantitativo utilizado nas Eleições 2024, conforme quadro:

Município	Nº de Locais de Votação
Belém	384
Reserva (20%)	077
Total	461

Importante destacar que no referido pleito não foram utilizadas todas as unidades contratadas e que, até o momento, o número de seções não foi fechado.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

6.1. O custo da presente contratação está estimado em R\$ 285.174,60 (duzentos e oitenta e cinco mil cento e setenta e quatro reais e sessenta centavos), conforme detalhado na tabela abaixo*:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário mensal estimado (R\$)	Preço total (6 meses)
01	Serviço de acesso móvel à Internet, com fornecimento de modems e/ou roteadores com Chip	Un	461	103,10	R\$ 285.174,60

6.2. Por ocasião da elaboração dos estudos, a SEREDE calculou uma projeção de valor baseada no contrato nº 162/2024, firmado com a TELEFÔNICA BRASIL S.A em 2024, para o mesmo tipo de serviço, vigente até 24/03/2025. Posteriormente, o valor estimado final foi ratificado através de coleta de preços realizada junto ao mercado nacional.

6.3. Entende-se que o tempo de contrato impacta significativamente no valor unitário do serviço contratado, em virtude do fornecimento do modem USB em comodato. Um período pequeno, como o pretendido, ocasiona um valor mensal superior devido a impossibilidade de "diluição" dos custos do hardware (modem usb) em longos períodos de contrato. Objetivando mitigar parcialmente esta premissa e, com isso, reduzir o valor unitário da contratação, esta unidade entendeu que modems usb seminovos, em bom estado de conservação, poderão ser ofertados na disputa.

6.4. Melhor estimativa pode ser apresentada por meio de pesquisa de preços, a ser realizada pelo Setor competente do Tribunal, com base nos critérios do art. 23 da Lei n. 14.133/21 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

6.5. O orçamento não será sigiloso, tendo em vista não haver justificativa técnica para a sua adoção.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

7.1. Considerando o princípio do parcelamento da solução, **a licitação será por ITEM.**

7.2. Não se mostra viável o parcelamento do objeto, em razão de possíveis prejuízos para os aspectos operacionais da contratação e gestão da solução. Ademais, eventual parcelamento não surtiria o efeito de ampliar a competição em razão da restrição de mercado.

7.3. Para efeito de julgamento dos preços do Pregão Eletrônico, **o critério deverá ser o menor preço**, de acordo com os critérios do Pregão Eletrônico.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

8.1 Contratação de técnicos de transmissão - processo SEI 0008422-50.2025.6.14.8000

9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (obrigatório)

Fundamentação: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

9.1. Alinhamento com o **Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Pará - PEJEP 2021/2026** (macrodesafio/indicador estratégico):

- **GESTÃO E SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL**
 - Indicador 01: Índice de resultado das eleições

9.2. Previsão no Plano Anual de Contratações:

9.2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- Processo SEI: 0001463-63.2025.6.14.8000.
- Portaria: 24352/2025 - TRE/PA.
- Anexo: V - Plano de TI para as Eleições 2026.
- Item do Anexo: 15.
- ID PCA no PNCP: 05703755000176-0-000001/2026.
- Data de publicação no PNCP: 21/05/2025.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

10.1. Considerando a importância do serviço de comunicação de dados para o Tribunal, principalmente durante a transmissão de resultados das Eleições, torna-se essencial garantir o seu adequado funcionamento, através da contratação de diversas tecnologias que possibilitem a expansão da rede de forma ininterrupta e escalar, com vistas a alcançar os seguintes objetivos:

- Conectividade: Prover interconexão das localidades à sede do Tribunal.
- Confiabilidade: Aumentar a confiabilidade e a qualidade da transmissão de dados utilizando a referida infraestrutura.
- Disponibilidade: Ampliar as opções de conectividade do Tribunal.
- Continuidade: Garantir e/ou manter redundância de link de comunicação em nos pontos de transmissão no dia das Eleições.

10.2. Considerações sobre o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

IMR será adotado? (X) SIM () NÃO [justificar em caso de não adoção]

10.2.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produzir os resultados acordados,
- deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.2.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

10.2.3. Para calcular o valor final da nota fiscal/fatura a ser quitada, referente aos custos dos serviços a contratar a fiscalização utilizar-se-á, preliminarmente, da fórmula a seguir:

$$NMA = 100 - \Sigma PP$$

Onde,

NMA = Nota Mensal de Avaliação;

ΣPP = Somatório dos Pontos Perdidos (Somatório da quantidade das condições verificadas multiplicada pelo respectivo índice que lhe é atribuído)

10.2.4. Extrair-se-á o quantitativo do somatório dos pontos perdidos (ΣPP), através da Tabela de Avaliação dos Serviços Prestados, grafada a seguir:

TABELA DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
ITEM	IRREGULARIDADE	CONDIÇÃO	NÍVEL DE CRITICIDADE
			ÍNDICE A SER ATRIBUÍDO
1	Não prestar as informações ou esclarecimentos solicitados pela contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar de sua cientificação.	Por registro	Leve
			0,4

2	Não prestar as de informações ou esclarecimentos solicitados pela contratante, em até 72 horas (setenta e duas), a contar de sua cientificação.	Por registro	Médio	0,6
3	Deixar de indicar preposto ou indicá-lo sem capacidade de tomar as decisões compatíveis com os compromissos assumidos, no prazo estabelecido no termo de contrato.	Por registro	Médio	0,7
4	Não atender à solicitação de regularização de interrupção de quaisquer dos serviços a serem prestados, em até oito horas, a partir do seu registro.	Por registro	Grave	0,8
5	Não atender à solicitação de regularização de interrupção de quaisquer dos serviços a serem prestados, em prazo superior a 8 horas e inferior a 24 horas, a partir do seu registro.	Por registro	Muito Grave	1,2
6	Não atender à solicitação de regularização de interrupção de quaisquer dos serviços a serem prestados, em prazo superior a 24 horas, a partir do seu registro, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.	Por registro	Gravíssimo	2,0

10.2.5. Ao final, proceder-se-ão as adequações conforme enquadramentos a seguir:

CRITÉRIO	ADEQUAÇÃO DE PAGAMENTO
NMA com valor igual ou superior a 97	implica em pagamento de 100% dos serviços prestado no mês verificado
NMA com valor maior ou igual a 94 e inferior a 97	implica em pagamento de 99% dos serviços prestado no mês verificado
NMA com valor maior ou igual a 90 e inferior a 94	implica em pagamento de 98% dos serviços prestado no mês verificado
NMA com valor maior ou igual a 86 e inferior a 90	implica em pagamento de 96% dos serviços prestado no mês verificado
NMA com valor maior ou igual a 82 e inferior a 86	implica em pagamento de 95% dos serviços prestado no mês verificado

NMA com valor maior ou igual a 78 e inferior a 82	implica em pagamento de 94% dos serviços prestado no mês verificado
NMA com valor inferior a 74	implica em pagamento de 90% dos serviços prestado no mês verificado

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

11.1 Necessidade de adequação ambiental.

TIPO DE NECESSIDADE	UNIDADE RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO
<i>Infraestrutura tecnológica</i>	Não se Aplica	
<i>Mudança ou Configuração</i>	SEREDE	Alterar as configurações de rede nos computadores dos pontos de transmissão.
<i>Infraestrutura elétrica</i>	Não se Aplica	
<i>Logística de implantação</i>	SEREDE	Incluir informações sobre utilização/configuração no treinamento de técnicos de transmissão.
<i>Espaço físico</i>	Não se Aplica	
<i>Mobiliário</i>	Não se Aplica	
<i>Impacto ambiental</i>	Não se Aplica	

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

12.1. Não se verificam impactos ambientais decorrentes da contratação que precisem de medidas mitigadoras.

12.2 Os critérios socioambientais gerais foram devidamente incluídos no item 2.12 deste ETP.

13. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

13.1. Forma de seleção e modalidade de licitação

☐ Pregão Eletrônico Tradicional

☒ Pregão Eletrônico - SRP

☐ Adesão a Ata de Registro de Preços*

☐ IRP (Intenção de Registro de Preços)

() Contratação Direta - **Inexigibilidade de Licitação** (Art. 74 e incisos da Lei 14.133/2021)

() Contratação Direta - **Dispensa de Licitação** (Art. 75 e incisos da Lei 14.133/2021)

Justificativa: : Hipótese do art. 3º, inciso V, do Decreto nº 11.462, de 31/3/2023 - *Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

Considerando que a presente contratação se destina ao atendimento das Eleições de 2026, ainda não existe um quantitativo fechado e definitivo de seções/locais de votação. A quantidade atual de 461 acessos consiste em uma projeção baseada nos dados do pleito de 2024 (384 locais na capital, acrescidos de 20% de reserva técnica). Diante dessa indefinição natural do ciclo eleitoral, a adoção do SRP se mostra a ferramenta mais vantajosa e segura, uma vez que o TRE-PA poderá efetivar a contratação dos itens do objeto na medida de sua necessidade real, observando a viabilidade técnica e a disponibilidade orçamentária durante a vigência da ata.

13.2. Considerações sobre a possibilidade/necessidade de renovação dos quantitativos da ata de registro de preços

13.2.1. O quantitativo previsto nesta fase de planejamento foi dimensionado para atender, exclusivamente, às necessidades das Eleições 2026. Assim, caso a Ata de Registro de Preços venha a ser prorrogada, será necessária a revisão e renovação dos quantitativos originalmente registrados, considerando que o serviço poderá ser novamente demandado em eleições futuras, como as Eleições de 2028 ou eventuais eleições suplementares.

13.2.2. Condições para a renovação: a renovação dos quantitativos não ocorrerá de forma automática, ficando condicionada ao estrito atendimento dos requisitos legais, notadamente:

- a) comprovação de que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração, mediante a realização de pesquisa de mercado;
- b) existência de previsão expressa dessa possibilidade no Edital e na respectiva Ata de Registro de Preços;
- c) formalização da prorrogação e da eventual renovação por meio de Termo Aditivo, a ser celebrado dentro do prazo de vigência original da Ata.

13.2.3. Fundamentação legal:

13.2.3.1. A medida encontra respaldo no art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Assim, a inclusão dessa cláusula no planejamento e, oportunamente, no edital, configura decisão estratégica que confere maior flexibilidade e eficiência à gestão da Ata de Registro de Preços, assegurando que o Tribunal possa atender de forma adequada e contínua às suas necessidades institucionais ao longo do tempo.

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

() SIM (X) NÃO

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

(X) Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Inciso XIII do art. 9º da IN 58, de 08 de agosto de 2022, - SEGES-ME.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS GABRIEL ARRAIS FERREIRA, Técnico Judiciário**, em 07/05/2026, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL NELO SOARES, Chefe de Seção**, em 08/05/2026, às 09:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3002575** e o código CRC **A618D1E3**.

0001171-44.2026.6.14.8000

3002575v8